



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DEMANDANTE

Órgão demandante: Secretaria Municipal de Infraestrutura – Setor de Viação.

Responsáveis: Vilson Miranda (Secretário de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico) e Bruno Vianna da Silva (Diretor Executivo de Obras, Viação, Serviços e Desenvolvimento Econômico).

Contato: sec.viacaoeobras@itaunadosul.pr.gov.br / Telefone: 443310-1213.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO ETP (art. 6º, XXIII, b)

O presente Termo de Referência (TR) tem como base o Estudo Técnico Preliminar (ETP), cujas conclusões e justificativas são aqui ratificadas e detalhadas. O ETP evidenciou a necessidade da contratação, a análise de mercado, a viabilidade técnica e econômica da solução proposta, e a adequação do modelo de contratação.

Dentre os pontos fundamentais do ETP, destacam-se:

A escolha do Sistema de Registro de Preços (SRP) como a solução mais adequada para atender às demandas de forma ágil e econômica.

A definição do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória e o critério de julgamento de menor valor por lote.

A previsão de prazos de execução e prorrogação, bem como a observância de requisitos de sustentabilidade.

A pesquisa de preços realizada conforme o art. 23, §1º, II e IV, da Lei nº 14.133/2021, com a devida fundamentação.

A aplicação do reajustamento em sentido estrito com índice INPC, a segregação de funções, a matriz de riscos e as sanções administrativas.

Fundamentação pela LINDB (art. 22, §1º): A elaboração deste Termo de Referência e as escolhas nele contidas consideram as circunstâncias práticas que impõem, limitam ou condicionam a ação da Administração Pública Municipal. A demanda por serviços de manutenção e adequação é intermitente e distribuída em diversos locais, exigindo uma solução flexível e ágil. A opção pelo SRP, com execução por ordens de serviço e julgamento por lote, reflete a busca pela eficiência e pela capacidade de resposta imediata às necessidades, minimizando o risco de paralisação de serviços essenciais ou de deterioração do patrimônio, sem prejuízo da legalidade e da economicidade.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, a)

O objeto da presente contratação consiste na **contratação de empresa para fornecimento de pneus novos, de primeira linha, para atender a todos os departamentos do Município de Itaúna do Sul**, conforme especificações e quantitativos detalhados na Tabela de Itens (item 4 deste TR).

Este objeto se enquadra como **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. A execução se dará, sob demanda, mediante emissão de Ordens de Fornecimento/Serviço pelas Secretarias Municipais.

A contratação será realizada por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com a possibilidade de prorrogação da Ata por igual período, com renovação dos quantitativos, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do §1º do art. 10 do Decreto Municipal 118.2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Prazo de vigência da contratação: A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021, comprovada a vantajosidade para a Administração.

4. TABELA DE ITENS/FORMA DE JULGAMENTO

A seguir, a tabela com os itens do objeto, com suas descrições, unidades, quantidades estimadas, valores unitários máximos e valores totais.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Máximo Total
1	CÂMARA 1000X20R	Und.	10	194,86	1.948,60
2	CÂMARA 12.5-80	Und.	4	178,50	714,00
3	CÂMARA 12.5/80-18	Und.	12	169,66	2.035,92
4	CÂMARA 14.9.24	Und.	12	193,32	2.319,84
5	CÂMARA 18.4-34	Und.	18	380,00	6.840,00
6	CÂMARA 23.1-30	Und.	4	472,33	1.889,32
7	CÂMARA 7.5/16 + PROTETOR	Und.	12	35,70	428,40
8	PNEU 15X6.00-6	Und.	1	253,81	253,81
9	PNEU 175-70 R14	Und.	40	278,25	11.130,00
10	PNEU 175/65 R14	Und.	36	292,72	10.537,92
11	PNEU 185/60/R14	Und.	12	263,30	3.159,60
12	PNEU 185/65 R14	Und.	64	295,00	18.880,00
13	PNEU 185/65 R15	Und.	6	291,27	1.747,62
14	PNEU 195/55/R15	Und.	12	304,74	3.656,88
15	PNEU 195/60/R15	Und.	12	295,69	3.548,28
16	PNEU 195/65 R15	Und.	8	329,67	2.637,36
17	PNEU 205/60/R16	Und.	14	339,49	4.752,86
18	PNEU 205/75 R16	Und.	34	579,73	19.710,82
19	PNEU 205/75/R16C	Und.	12	574,71	6.896,52
20	PNEU 215/65 R16C	Und.	8	505,57	4.044,56
21	PNEU 215/75/R16C	Und.	12	466,75	5.601,00
22	PNEU 225/65 R16C	Und.	8	637,92	5.103,36
23	PNEUS 185/70 R 14	Und.	48	332,75	15.972,00
24	PNEUS 195/75 R16	Und.	8	369,00	2.952,00
25	PNEUS 205/60R15	Und.	10	336,67	3.366,70
26	PNEUS 215/50 R17	Und.	12	368,69	4.424,28
27	PNEUS 225/75 R16	Und.	12	452,33	5.427,96
28	PNEU 17.5-25 20 LONAS	Und.	4	3.457,44	13.829,76
29	PNEU 7,50/16 12 LONAS	Und.	12	565,89	6.790,68
30	PNEU DIANTEIRO 14-9-28 RI 12 LONAS	Und.	3	2.196,43	6.589,29



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

31	PNEU DIANTEIRO 14.9-24 R1 12 LONAS	Und.	8	2.420,33	19.362,64
32	PNEU DIANTEIRO 80/100/18	Und.	1	257,40	257,40
33	PNEU TRASEIRO 18.4-34 R1 12 LONAS	Und.	8	4.188,33	33.506,64
34	PNEU TRASEIRO 23.1-30 RI 12 LONAS	Und.	4	5.533,67	22.134,68
35	PNEU TRASEIRO 90/90/18	Und.	1	275,33	275,33
36	PNEUS 1000R20 RADIAL LISO	Und.	6	1.734,30	10.405,80
37	PNEUS 1400X24 G2 12 LONAS	Und.	6	2.358,33	14.149,98
38	PNEUS 235/75R17.5 12 LONAS BORRACHUDO	Und.	12	858,75	10.305,00
39	PNEUS 235/75R17.5 LISO 12 LONAS	Und.	30	875,00	26.250,00
40	PNEUS 275/80 X22.5 RADIAL LISO 16 LONAS	Und.	8	1.761,12	14.088,96
41	PNEUS 275/80X22.5 BORRACHUDO 16 LONAS	Und.	8	1.616,50	12.932,00
42	PNEUS DIANTEIROS 12.5-80X18 R4 12 LONAS "L 3	Und.	8	1.725,20	13.801,60
43	PNEUS DIANTEIROS 14.9X24 12 LONAS R1	Und.	8	1.705,72	13.645,76
44	PNEUS TRASEIROS 18.4X34 12 LONAS	Und.	8	3.549,67	28.397,36
45	Pneu 295.80r22 12 lonas	Und	10	3.663,00	36.630,00
46	Pneu 20.05.25 12 Lonas	Und	10	4.045,67	40.456,70
47	Pneu 12.5.80.18 12 Lonas	Und	10	1.885,48	18.854,80
48	Pneu 19.5.L.24 12 Lonas	Und	10	4.888,75	48.887,50
VALOR TOTAL MÁXIMO CONTRATAÇÃO		R\$ 541.531,49			

4.1 Critério de julgamento: menor valor por Item. Esta escolha se justifica por:

Considerando o disposto no art. 18, §1º, VIII da Lei nº 14.133/2021, a administração opta pelo **parcelamento do objeto**, adotando o critério de julgamento por **item**. Esta decisão fundamenta-se nos princípios da economicidade, ampliação da competitividade e melhor aproveitamento dos recursos do mercado, conforme detalhado abaixo:

- **Ampliação da Competitividade:** O mercado de pneus é segmentado. Ao licitar por item, permite-se que revendedores especializados em linhas específicas (ex: pneus agrícolas ou pneus para veículos leves) participem do certame em igualdade de condições com grandes distribuidores, aumentando o número de licitantes.
- **Economia de Escala por Segmento:** A adjudicação por item permite que a administração obtenha o menor preço de mercado para cada especificação técnica, evitando que o preço de um item compense a sobrelevação de outro, como ocorre frequentemente em contratações por lote global.
- **Viabilidade Técnica e Logística:** Não há prejuízo à celeridade ou à economia do processo ao se adotar o parcelamento, visto que a entrega é parcelada e os itens são independentes entre si, não havendo interdependência técnica que exija que todos os pneus sejam da mesma marca ou fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

4.2 Vantagens para a Administração

A escolha pelo parcelamento visa evitar a concentração de mercado e garantir que o município de Itaúna do Sul não fique dependente de um único fornecedor para toda a sua frota diversificada. Além disso:

- **Redução de Riscos:** Caso um fornecedor apresente problemas na entrega de determinado item, os demais itens do contrato (geridos por outros fornecedores) permanecem inalterados, garantindo a continuidade parcial do abastecimento.
- **Padronização por Eixo:** Embora a licitação seja por item, a administração garantirá, no ato da requisição, que pneus instalados no mesmo eixo do veículo possuam características idênticas, respeitando as normas de segurança viária.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E CICLO DE VIDA (art. 6º, XXIII, c)

5.1 Escopo do Fornecimento

A solução consiste no fornecimento parcelado de **pneus novos (primeira vida)**, de fabricação recente, destinados à manutenção da frota de veículos leves, pesados e máquinas pesadas do município de Itaúna do Sul. O fornecimento compreende:

- **Entrega Física:** Entrega dos itens nos locais indicados pela administração, conforme a necessidade e as ordens de fornecimento emitidas.
- **Especificações Técnicas:** Pneus com certificação INMETRO, respeitando rigorosamente as medidas, índices de carga e de velocidade adequados a cada categoria de veículo.
- **Prazos de Entrega:** O fornecedor deverá garantir a entrega em prazo célere para evitar a imobilização da frota municipal, essencial para serviços de saúde e educação.

5.2 Critérios de Qualidade e Sustentabilidade

A solução não se limita à entrega do produto, mas exige padrões que assegurem a longevidade do investimento:

- **Garantia de Fabricação:** Cobertura mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação (carcaça e banda de rodagem), contados a partir da emissão da nota fiscal.
- **Data de Fabricação (DOT):** Exigência de que os pneus tenham sido fabricados em período não superior a 6 (seis) meses da data de entrega, evitando o ressecamento precoce e garantindo a vida útil da borracha.
- **Recapabilidade:** Os pneus de carga e máquinas devem possuir carcaças que suportem processos de reconstrução futura, alinhando a solução às diretrizes de sustentabilidade ambiental e economia de recursos.

5.3 Gestão e Fiscalização do Contrato

Para que a solução seja considerada completa, a execução será monitorada através de:

- **Recebimento Provisório e Definitivo:** Verificação da integridade dos pneus, conformidade com a marca/modelo ofertado e conferência do certificado de garantia.
- **Substituição de Itens:** O fornecedor deverá substituir, sem custos adicionais, qualquer item que apresente falhas prematuras ou desconformidade técnica detectada na montagem.
- **Logística de Entrega:** Os pneus deverão ser entregues montados em paletes ou devidamente protegidos para evitar deformações nas carcaças durante o transporte e armazenamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

5.4. Garantia dos produtos (proposta de redação para Termo de Referência/Contrato)

Para este tipo de serviço, a garantia será estabelecida da seguinte forma:

- **Garantia Legal:** A contratada reconhece e se submete à garantia legal por vícios de qualidade ou quantidade que tornem o serviço impróprio ou inadequado ao consumo, ou que lhe diminuam o valor, nos termos do **Código de Defesa do Consumidor**, aplicável no que couber.
- **Prazo e Início:** O prazo de garantia será contado a partir do **recebimento definitivo** do serviço pela Administração.
- **Abrangência:** Inclui vícios de execução, fixação, acabamento, desempenho e segurança dos componentes instalados.
- **Acionamento:** Constatado qualquer vício ou defeito dentro do prazo de garantia, a Administração notificará formalmente a contratada, que deverá providenciar a substituição **sem ônus** para o Município, no prazo a ser estabelecido na notificação, em coerência com o prazo de 10 (dez) dias corridos para a entrega em caso de desacordo.
- **Exclusões:** Não serão cobertos pela garantia danos decorrentes de mau uso, intervenções de terceiros não autorizadas, ou eventos externos imprevisíveis e incontroláveis, devidamente comprovados, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, d)

6.1. Prazos e condições operacionais

- **Prazo de execução/entrega:** Considerando a dinâmica das demandas administrativas e a inexistência de estrutura adequada para o armazenamento de grandes volumes por parte da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul – PR, A ENTREGA dos itens objeto da contratação deverá ocorrer de forma parcelada, conforme necessidade e solicitação da Administração. A empresa vencedora deverá realizar a entrega dos itens licitados diretamente no órgão designado pela Prefeitura, no Município de Itaúna do Sul – PR, em até **10 (dez) dias úteis** contados a partir do recebimento da solicitação formal, que será enviada por meio eletrônico (e-mail) ou WhatsApp. Para esse fim, a licitante deverá informar, em sua proposta de preços, o endereço eletrônico (e-mail) oficial e número whatsapp para recebimento das solicitações.
- **Prorrogação do Prazo:** O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mais **10 (dez) dias corridos** em caso de justificativa apresentada pela empresa e devidamente aceita pela Secretaria demandante. Caso a justificativa não seja aceita, a empresa deverá cumprir o prazo inicial.
- **Comunicação:** A Secretaria enviará a Ordem de Fornecimento para o e-mail que a empresa fornecer na proposta final ou por WhatsApp.
- **Local de Entrega:** Os produtos deverão ser entregues conforme indicação na Ordem de Fornecimento/Serviço.
- **Substituição de Produto em Desacordo:** Caso o produto esteja em desacordo com o estipulado na ordem de fornecimento/serviço, contrato e Termo de Referência, a empresa deverá refazê-lo em até **10 (dez) dias corridos** a partir da notificação oficial pela Administração.

6.2. Responsabilidades e sustentabilidade

- **Responsabilidade:** A empresa vencedora será responsável por todos os custos e riscos relativos ao transporte, seguros, impostos e descarga dos produtos no local indicado.
- **Sustentabilidade:** Devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, incluindo, quando aplicável, a segregação e destinação ambientalmente adequada de resíduos, a redução de desperdícios e a reciclagem de metais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, e)

O modelo de execução do objeto será por **demanda**, mediante a emissão de **Ordens de Fornecimento/Serviço (OS)** pelas Secretarias Municipais. O fluxo de execução compreenderá as seguintes etapas:

1. **Emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço (OS):** A Secretaria demandante emitirá a OS, detalhando os itens, quantidades, local de execução e prazo. A OS será enviada à contratada por e-mail ou WhatsApp.
2. **Inspecção e Acompanhamento:** Durante a execução, o fiscal do contrato realizará inspecções para verificar a qualidade, marca e quantidade entregue.
3. **Recebimento Provisório:** Após a entrega, o fiscal do contrato realizará o recebimento provisório, verificando a conformidade com a OS e as especificações.
4. **Recebimento Definitivo:** Após o período de observação e a correção de eventuais não conformidades, o fiscal do contrato emitirá o termo de recebimento definitivo.
5. **Registro:** A contratada deverá manter registros da entrega, incluindo, quando solicitado, relatórios de avanço e registro fotográfico se for o caso.

Os prazos serão contados em dias úteis, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, f)

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidores designados pela Administração, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com as seguintes atribuições:

8.1. Gestor do Contrato:

- Coordenar as atividades relacionadas à gestão contratual.
- Acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais.
- Promover a interlocução entre a Administração e a contratada.
- Analisar e aprovar as solicitações de prorrogação de prazo ou alteração contratual, quando cabíveis.
- Encaminhar as solicitações de pagamento após atesto do fiscal.

8.2. Fiscal do Contrato:

- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando a conformidade com as especificações técnicas, prazos e condições contratuais.
- Realizar vistorias e medições no local de execução.
- Manter registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- Atuar na comunicação com a contratada para solução de problemas e esclarecimentos.
- Atestar a execução dos serviços para fins de medição e pagamento.
- Notificar a contratada sobre não conformidades, aplicando as medidas corretivas cabíveis.
- Elaborar relatórios de acompanhamento e desempenho da contratada.

8.3. Designação: Os gestores e fiscais do contrato serão designados pelo Prefeito Municipal. Atualmente, a **Portaria 98.2026** designa os fiscais.

8.4. Responsabilidade: A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na

AV. BRASIL, 883, CENTRO, CEP: 87-980-000

E-mail: licitacao@itaunadosul.pr.gov.br | Ramal: 216 – Licitação

Site: www.itaunadosul.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO; REAJUSTE (art. 6º, XXIII, g)

9.1. Recebimento:

- **Recebimento Provisório:** Será realizado pelo fiscal do contrato em até 3 (três) dias úteis após a comunicação de conclusão dos serviços pela contratada, para verificação da conformidade com as especificações.
- **Recebimento Definitivo:** Será realizado pelo fiscal do contrato em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório (ou após a correção de eventuais não conformidades), mediante termo circunstanciado ou atesto na própria Ordem de Fornecimento/Serviço, desde que os serviços estejam em perfeitas condições e em conformidade com o contrato.

9.3. Pagamento: O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Liquidação acompanhada da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco (transferência eletrônica ou PIX), agência e conta corrente indicados pelo fornecedor. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota de Liquidação, Nota Fiscal ou Fatura quando o fiscal do contrato ou ato equivalente atestar a entrega definitiva do objeto da ordem de compra emitida pela área de compras. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Havendo erro na apresentação da Nota de Liquidação ou Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a administração. O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.4. Reajuste de Preço: Será aplicado o **reajustamento em sentido estrito**, conforme o art. 25, §7º e §8º, I, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que não há regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra. O índice de reajustamento será o **INPC**, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme previsto na minuta padronizada do contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, h)

A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, conforme o art. 6º, XLI, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços comuns.

- **Modalidade:** Pregão Eletrônico (com Sistema de Registro de Preços).
- **Critério de Julgamento:** Menor preço, operacionalizado como **menor valor por Item** (art. 33, I, e art. 34 da Lei nº 14.133/2021).
- **Modo de Disputa:** Aberto (art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021), com lances públicos e sucessivos. O edital poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, conforme art. 57 da Lei nº 14.133/2021, e será especificado na plataforma eletrônica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E SIGILO (art. 6º, XXIII, i)

A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, consta do **mapa de preços anexo** ao processo de contratação.

A pesquisa de preços foi realizada por **Bruno Vianna da Silva**, utilizando como fonte prevista no art. 23, §1º, II (contratações similares feitas pela Administração Pública) da Lei nº 14.133/2021, garantindo a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, j)

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada e prevista nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA), conforme atesto no parecer contábil que será anexado ao processo de contratação.

13. GARANTIA E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

13.1. Garantia: A contratada deverá oferecer garantia mínima de **05 (cinco) anos** contra defeitos de fabricação para os pneus, contados a partir do recebimento definitivo. Caso a garantia oferecida pelo fabricante de algum material incorporado ao serviço seja superior a este prazo, prevalecerá a garantia do fabricante.

13.2. Vícios e Defeitos: Aplica-se ao objeto o **Código de Defesa do Consumidor** quanto aos vícios e defeitos ocultos, de forma subsidiária. Constatado qualquer vício ou defeito durante o período de garantia, a Administração notificará a contratada, que deverá providenciar a correção ou o refazimento dos serviços **sem ônus** para o Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da notificação.

14. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Obrigações da Contratada:

- Fornecer os pneus novos, de primeira linha, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, medidas, índices de carga, índices de velocidade e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do edital, da proposta vencedora e da ordem de fornecimento.
- Entregar os produtos dentro do prazo estabelecido, obrigatoriamente em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da solicitação formal, salvo justificativa previamente aceita pela Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- Disponibilizar pneus com certificação INMETRO, quando exigível para o item, assegurando que os produtos atendam integralmente às normas técnicas e regulamentares aplicáveis.
- Fornecer produtos com DOT recente, observando que a data de fabricação dos pneus não poderá ser superior a 6 (seis) meses da data de entrega, garantindo-se a atualidade, a qualidade e a vida útil mínima esperada do bem.
- Assegurar a qualidade e a procedência dos produtos, respondendo integralmente por vícios, defeitos de fabricação, inadequação técnica, avarias de transporte ou qualquer desconformidade constatada no recebimento provisório ou definitivo, ou durante o prazo de garantia.
- Substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os pneus que apresentarem defeito, irregularidade, divergência de especificação, avaria, baixa qualidade, problema de fabricação ou qualquer outro vício que os torne impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam.
- Prestar garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, sem prejuízo das garantias legais e das disposições do Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável, responsabilizando-se pela reparação, troca ou substituição dos produtos defeituosos.

AV. BRASIL, 883, CENTRO, CEP: 87-980-000

E-mail: licitacao@itaunadosul.pr.gov.br | Ramal: 216 – Licitação

Site: www.itaunadosul.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

- Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carga, descarga, acondicionamento, seguro e demais custos necessários à entrega, inclusive por eventuais perdas, danos ou avarias ocorridas até o efetivo recebimento pelo Município.
- Cumprir fielmente as ordens de fornecimento emitidas pela Administração, observando as quantidades solicitadas, os locais de entrega indicados e as condições estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato.
- Manter durante toda a execução da contratação todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos necessários à contratação pública.
- Emitir nota fiscal/fatura compatível com o objeto efetivamente entregue, observando a descrição, a quantidade, o valor unitário e o valor total correspondentes à ordem de fornecimento, sem rasuras ou inconsistências.
- Responder por todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, securitários e comerciais decorrentes da execução contratual, não podendo transferir à Administração qualquer responsabilidade por tais obrigações.
- Comunicar previamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução contratual, especialmente atraso na entrega, descontinuidade de produto, alteração de especificação, impossibilidade de fornecimento ou qualquer outro evento que possa afetar o cumprimento da obrigação.
- Não transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem prévia e expressa anuência da Administração, quando admitida a hipótese contratual e observada a legislação pertinente.
- Responder civil, administrativa e criminalmente por danos causados ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, imperícia, imprudência, negligência, produto defeituoso ou descumprimento contratual.
- Aceitar a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual por servidor designado pela Administração, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como permitindo a verificação da conformidade dos produtos entregues.
- Providenciar a imediata substituição dos produtos recusados no recebimento provisório ou definitivo, quando não atenderem às exigências do Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional para o Município.
- Observar integralmente a legislação aplicável às contratações públicas, bem como as normas técnicas pertinentes ao objeto, especialmente as relacionadas à segurança, procedência, qualidade e durabilidade dos pneus fornecidos.

14.2. Obrigações da Contratante:

- Emitir as Ordens de Fornecimento/Serviço, indicando os itens, quantidades, locais e prazos.
- Realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução, conforme o modelo de gestão.
- Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme os critérios estabelecidos neste TR.
- Notificar a contratada sobre quaisquer não conformidades ou atrasos.
- Aplicar as sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual.

15. MATRIZ DE RISCOS (art. 6º, XXVII)

A matriz de riscos a seguir define os possíveis eventos supervenientes à contratação que podem causar impacto no equilíbrio econômico-financeiro, alocando as responsabilidades entre as partes:

A matriz de riscos é uma cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

A gestão de riscos nesta contratação é pautada pelos princípios da eficiência, da precaução e da segurança jurídica, em estrita observância ao disposto na **Lei nº 14.133/2021**. O gerenciamento proativo de intercorrências é fundamental para assegurar a continuidade operacional da frota municipal de Itaúna do Sul, garantindo que a aquisição de pneus de primeira linha resulte em durabilidade, economia de recursos públicos e, primordialmente, na integridade física dos servidores e usuários do sistema de transporte público e serviços essenciais. A identificação dos riscos abaixo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

visa antecipar gargalos logísticos e técnicos, estabelecendo salvaguardas que protejam a Administração contra o fornecimento de produtos de qualidade inferior ou em desacordo com as normas de segurança vigentes.

Evento de Risco	Probabilidade	Impacto	Ações de Mitigação / Contingência
Entrega de pneus de "segunda linha" ou não homologados.	Baixa	Muito Alto	Exigência de Certificado de Homologação do INMETRO e gravação em relevo no corpo do pneu. Previsão de recusa imediata e aplicação de sanções administrativas.
Recebimento de pneus com DOT (data de fabricação) antigo ou vencido.	Média	Médio	Cláusula contratual limitando o DOT a, no máximo, 06 meses da data de entrega. Verificação física obrigatória de cada unidade no ato do recebimento.
Incompatibilidade técnica com os veículos da frota (medidas e índices).	Baixa	Alto	Detalhamento rigoroso das especificações técnicas (índice de carga e velocidade) no Termo de Referência, com base nos manuais dos fabricantes.
Atraso na entrega programada (logística).	Média	Alto	Estabelecimento de cronograma de entrega parcelado e aplicação de multas moratórias. Manutenção de estoque estratégico mínimo pela Secretaria solicitante.
Desgaste prematuro por defeito oculto de fabricação.	Baixa	Médio	Exigência de garantia contratual mínima contra defeitos de fabricação e obrigatoriedade de assistência técnica para emissão de laudos periciais.

Conclui-se que a eficácia desta análise de riscos depende diretamente da atuação diligente da **Comissão de Recebimento** ou do fiscal do contrato. Recomenda-se que, no ato da entrega, seja realizada a conferência unitária de cada item, verificando-se não apenas a quantidade, mas a integridade física do produto, a presença do selo do INMETRO e a data de fabricação (DOT) gravada no flanco do pneu. Qualquer divergência técnica ou indício de produto reformado/remoldado deve ensejar a recusa total do lote, com a devida notificação à empresa detentora da ata ou contrato para substituição imediata, sob pena de rescisão e impedimento de licitar.

A mitigação dos riscos aqui elencados assegura que o Município de Itaúna do Sul obtenha o melhor custo-benefício, evitando gastos extraordinários com manutenção corretiva decorrente do uso de componentes de baixa qualidade e garantindo a segurança viária em toda a malha municipal.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A aplicação de sanções observará o procedimento previsto nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

16.1. Infrações Administrativas:

Comete infração administrativa o contratado que: a) der causa à inexecução parcial do contrato; b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) der causa à inexecução total do contrato; d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante

AV. BRASIL, 883, CENTRO, CEP: 87-980-000

E-mail: licitacao@itaunadosul.pr.gov.br | Ramal: 216 – Licitação

Site: www.itaunadosul.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

a execução do contrato; f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Sanções Aplicáveis:

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência:** quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

ii. **Impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 16.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 16.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:** 1. **Moratória de 2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

2. **Moratória de 5% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. **Compensatória de 20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

4. **Compensatória de 15% (quinze por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial do objeto.

17. VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (art. 14) E CONSÓRCIO (art. 15)

17.1. Vedações de Participação (art. 14):

Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados; II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários; III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação; V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela

AV. BRASIL, 883, CENTRO, CEP: 87-980-000

E-mail: licitacao@itaunadosul.pr.gov.br | Ramal: 216 – Licitação

Site: www.itaunadosul.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

legislação trabalhista. § 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante. § 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade. § 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico. § 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

17.2. Consórcio (art. 15):

A participação de empresas em consórcio **não é recomendada** para esta contratação. Embora a Lei nº 14.133/2021 admita a participação em consórcio, para o objeto em questão, a formação de consórcio pode:

- **Aumentar a complexidade administrativa e operacional**, dificultando a gestão e a fiscalização.
- **Gerar dificuldades na responsabilização** em caso de não conformidades ou atrasos.
- **Comprometer a agilidade** necessária para atender às Ordens de Fornecimento/Serviço.
- **Não agregar valor significativo** à execução, uma vez que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que justifique a união de empresas.

18. DISPOSIÇÕES SOBRE PADRONIZAÇÃO E CATÁLOGO (arts. 19 e 25, §1º)

18.1. Minutas Padronizadas: A Administração adotará **minutas padronizadas de edital e de contrato/ata de registro de preços do Governo Federal (Modelos Advocacia Geral da União)**, conforme o art. 25, §1º, da Lei nº 14.133/2021, com as devidas adequações ao objeto.

18.2. Catálogo Eletrônico de Padronização: A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pelo fato de que a Secretaria já possui uma **descrição padronizada** para os itens objeto desta contratação, utilizada em anos anteriores. Além disso, o catálogo eletrônico disponível no âmbito do governo federal possui padronização apenas para itens como café, água mineral natural sem gás e açúcar, não abrangendo os serviços e materiais aqui especificados.

19. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrado na junta comercial da respectiva.
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. (*Obs: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

b) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual e Fazenda Municipal.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011.
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

c) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o certame, caso o documento não possua data de validade.

d) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- **Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação (art. 4º, §2º da Lei 14.133/2021).
- Atestado de capacidade técnica;
- Certificação **INMETRO**, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior. A homologação **INMETRO** ocorre privativamente sobre pneumáticos destinados a motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados;
- Declaração do Fabricante de garantia ou Certificado do importador de garantia dos produtos, pelo mínimo de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação para os pneus, pois este se destina a assegurar conforto, estabilidade e segurança à Administração;
- Declaração de que o Prazos de fabricação não seja superior a 6 meses no momento em que é entregue;
- Certificação **IBAMA**, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável;
- Entrega de informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento idôneo ofertado em língua portuguesa que demonstre as especificações técnicas e instruções de uso do produto, visto que o direito à informação é inerente ao procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.458.836/0001-33

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos e as situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, com base na Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e princípios da Administração Pública.

Itaúna do Sul/PR, 07 de maio de 2026.

VILSON MIRANDA
Secretário
Secretaria Municipal de Infraestrutura
– Setor de Obras e Serviços